

Destaque

PAC pós-2020 terá como prioridades o ambiente, clima, nutrição e bem-estar animal

Págs. 4 e 5



PRESIDENTE DA CASA DO DOURO DIZ QUE O PREÇO DE PRATELEIRA ESTÁ "COMPLETAMENTE DESFASADO DA REALIDADE"

"Falta da parte do Governo um maior esforço na implantação do vinho do Porto como símbolo nacional"

Pág. 7



Destques

Governo paga 41,5 milhões de euros a milhares de agricultores lesados pelos incêndios

Págs. 2 e 3

CEPAAL promove azeite do Alentejo no estrangeiro

Pág. 8



Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Contraditoriedades

Portugal viveu um 2017 "estranho e contraditório".

É o Presidente da República quem o diz e obriga-nos a recapitular as "reconfortantes alegrias" que vivemos, mas, acima de tudo, as "profundas tristezas" em que mergulhámos durante o ano que findou.

Os cidadãos, coletivamente, viveram boas emoções – "o triunfo europeu da nossa música, os excecionais galardões no turismo, o sucesso reiterado no digital, os êxitos nas artes, na ciência, no desporto, colocando Portugal como um destino cimeiro" – e, verdade seja dita, as empresas e os operadores económicos também sentiram bons sinais.

Atentemos: as finanças públicas estabilizaram (a execução orçamental até novembro revela uma melhoria do saldo das Administrações Públicas de 2326 milhões de euros), a economia e o emprego cresceram (o desemprego reduziu para 8,5% em outubro e é o mais baixo desde abril de 2008), os juros baixaram e a dívida pública idem (esta reduziu 2,5 mil milhões em novembro), a Europa ditou o fim do défice excessivo (o de Portugal em 2017 ficará muito próximo de 1% do PIB) e confiou em Mário Centeno para liderar o Eurogrupo, a Standard & Poor's subiu o 'rating' de Portugal para BBB- e a Fitch levantou a notação de alto risco que atribuía a Portugal desde 2011 passando-a de BB+ para BBB e, por fim, o indicador de confiança da indústria transformadora aumentou entre setembro e dezembro, retomando o perfil ascendente iniciado em junho de 2016, segundo dados desta semana do INE.

Como diz Marcelo Rebelo de Sousa, se 2017 tivesse findado a 16 de junho, ou, então, se os mortíferos incêndios de 17 desse mês, a juntar aos de 15 e 16 de outubro, não tivessem revelado falhas imperdoáveis do Estado português e a anedota do furto em Tancos não nos tivesse feito corar de vergonha, o balanço de 2017 era francamente positivo.

Assim, não foi. Houve estranhezas e contraditoriedades pelo caminho e pelo menos estas duas nódoas negras pairarão na nossa memória nos tempos mais próximos.

Em 2018, precisamos de nos reinventar e de reganhar o futuro. Para que, nos momentos absolutamente críticos que a imprevisibilidade do futuro nos reserve, a missão essencial do Estado não falhe nem se isente de responsabilidade.

VÁRIOS PRODUTORES AFETADOS NEM SEQUER FIZERAM CANDIDATURAS DEVIDO AOS PRAZOS APERTADOS E À BUROCRACIA ASSOCIADA

Governo paga 41,5 milhões de euros a milhares de agricultores lesados pelos incêndios

O ano 2017 terminou com o pagamento, por parte do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, de 37,68 milhões de euros a 14 542 agricultores afetados pelos incêndios de 15 de outubro e que apresentaram declarações entre os 1054 e os 5000 euros de prejuízos. As candidaturas oriundas dos concelhos de Oliveira do Hospital, Tondela, Arganil, Santa Comba Dão e Vouzel concentraram "metade da verba atribuída", revela o Ministério de Capoulas Santos.

Certo é que muitos são aqueles que, apesar dos prejuízos, nada receberam. "Por várias razões, houve pessoas que nem sequer fizeram candidaturas", adianta à "Vida Económica" Nuno Pereira, sócio-gerente da Lusoberry e presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres. Os prazos apertados e a elevada burocracia associada dificultaram o processo, diz este empresário. E há ainda os emigrantes que, quando regressarem, verão as "candidaturas encerradas e já não haverá mais apoios".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O valor de 37,68 milhões de euros agora liquidado pelo Ministério da Agricultura corresponde a 75% da totalidade do pagamento (50,20 milhões). O remanescente só será pago aos agricultores após a conclusão das ações de controlo, já em curso, das candidaturas apresentadas. A este

valor, ainda acresce o montante de 3,78 milhões de euros, da responsabilidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pago a 6025 agricultores que apresentaram declarações de prejuízo até 1053 euros.

No total, foram liquidados pelo Governo 41,5 milhões de euros a 20 567 agricultores. Dos montantes pagos neste final de ano, 55% do valor foi pago através de transferência bancária para a conta dos agricultores, sendo os restantes 45% pagos por vale postal a 6.650 agricultores que não possuem conta bancária. Ao todo, o Governo atribuiu 41,5 milhões de euros a 20.567 agricultores afetados pelos incêndios de 15 de outubro com prejuízos declarados até 5 mil euros.

A verdade é que o processo de candidatura a estes apoios foi tudo menos simples. E esteve longe de abranger todos os afetados. Nuno Pereira, sócio-gerente da Lusoberry e presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres, disse à "Vida Económica" que "falhou quase tudo" e que ainda há "muitas pessoas com problemas que, com o tempo, se vão agravar".

Nuno Pereira dá o seu exemplo. Aliás, já em outubro, poucos dias passados sobre a devastação dos incêndios, este empresário, que detém a empresa Lusoberry e outras produções de família numa área de 200 hectares de vinha, fruta e olival e cerca de 300 hectares de eucaliptos, pinhais, sobreiros, incultos e outra árvores, explicava: "temos uma quinta em Oliveira do Hospital que tem 150 hectares e ardeu tudo. Era o Vale dos Sonhos. Andamos a fazer agora o apanhado [dos prejuízos]. As principais quintas



que arderam foi no concelho de Tábuca e Oliveira do Hospital", dizia. "Dos produtores, temos alguns com prejuízos nas estufas, outros com plantações queimadas e sistemas de rega. Só nos associados temos mais de 10 hectares completamente irrecuperáveis", acrescenta.

Agora, depois do diagnóstico traçado, é difícil confrontar-se com as "burocracias" e as "dificuldades" associadas a estes processos de candidatura aos apoios. "Numa das minhas quintas tenho 5,5 hectares de plantação e ardeu meio hectare. Ora, como não é mais de 30%, não me pude candidatar à medida 6.2.2. Fiz candidatura de 5000 euros para receber qualquer coisa, pois o prejuízo era de mais de 30 mil euros, mas até a Junta de Freguesia estava fechada no dia de entregar a documentação e a Câmara mandou ir entregar à Junta". Mas Nuno Pereira garante que "há pessoas com casos bem piores". Dá o exemplo de um agricultor que detinha um trator

de 50 cavalos e que foi fazer o pedido simples (5000 euros). "Agora recebe 5000 euros para comprar um trator de 50 cavalos; onde é que existe um trator novo de 50 cavalos para comprar por 5000 €?", pergunta. É que, "à partida, não é legalmente possível adquirir equipamentos usados".

Na tarde de 29 de dezembro, dia em que o Ministério da Agricultura efetuou estes pagamentos, o presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres tinha a casa cheia de pessoas. Enquanto falava ao telefone com a "Vida Económica", ia intercalando a conversa com pequenos apertados com agricultores que ainda ali permaneciam para tirar dúvidas ou outros que, entretanto, já se despediam. Uns confirmavam-lhe a transferência dos montantes dos apoios para as respetivas contas, ainda que sem qualquer documento a acompanhar esse pagamento; outros, desolados, lamentavam nada terem recebido.

"É mentira quando falam em ajudas a 100%"

Os vários contactos entretanto efetuados pela "Vida Económica" revelam que há pessoas a quem não foram pagos quaisquer apoios, apesar de terem submetido as candidaturas. C. R., de Tondela, que não quer ser identificada, garantiu à "Vida Económica" que "ainda não me chegou nada", apesar de ter indicado o NIB bancário. "Não tenho esperança nenhuma de receber", diz. A. J., de Santa Comba Dão, que também pediu para não revelar o nome, garante: "fiz a candidatura e coloquei a conta bancária, mas não recebi nada até hoje". Também H. L. elaborou um pedido simples, mas, até ao final do dia 29 de dezembro, "não tinha recebido nada. Vamos ver se vem alguma coisa pelo Correio", diz o agricultor de Oliveira do Hospital.

Nuno Pereira, sócio-gerente da Lusoberry explica que, "nos casos de pessoas que tinham

armazéns e barracões, o caso é muito mais grave". Faz notar que o Ministério da Agricultura estabeleceu "uma tabela de referência, onde colocaram 180 euros/m2 para armazéns e 90 euros/m2 para alpendres". O problema, diz, é que, "como havia pessoas com mais de 20 mil euros e até 50 mil euros, tiveram de colocar [a candidatura] só algumas coisas que arderam; tinham um armazém de 50 m2, mas como com a tabela de referência daria 9000, então colocaram 27m2 a 180 euros/m2". E foram entretanto "contactados a dizerem-lhe que 50 euros/m2 é suficiente para compor o telhado e que vão ter de cortar nos 27 m2, porque o portal [do Ministério da Agricultura] não aceitava valores acima de 5000 euros".

O problema, diz Nuno Pereira, é que "as pessoas que tinham prejuízos de 30 mil euros e para o pedido tirou a área do armazém, não colocou os animais, não colocou as árvores, não colocou as alfaíças agrícolas para aceitarem o teto máximo de 5000 euros, essas vão receber 27m2 X 50 euros, ou seja, 1350 euros". Conclusão: "essas pessoas passaram dos 30 mil euros de prejuízo para receber 1350 euros, o que dá 5% de ajuda". Nuno Pereira não tem dúvidas: "é mentira quando falam em ajudas a 100%". Para mais porque, "ainda por cima, não contabilizam o que se vai perder no futuro".

O presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres diz que tem vindo a explicar a alguns agricultores que não adianta estarem "agarrados ao papel impresso do portal" do Ministério da Agricultura, porque o simples facto de terem formulado uma candidatura não garante "que vão receber". Aliás, várias pessoas "continuavam a pensar que iam receber 20 ou 30 mil euros do pedido inicial", o que, afinal, não sucedeu.

IAPMEI: "já começaram a ser processados os pagamentos às empresas"

Em suma, há pelo menos três ordens de fatores para as falhas nas candidaturas: "os apoios não eram suficientes para cobrir o que ardeu no total"; "houve pessoas que nem sequer se candidataram aos apoios porque não têm dinheiro para investir para depois serem reembolsadas"; "vários agricultores não sabiam sequer onde se dirigir e a burocracia da medida 6.2.2, que esteve aberta menos de um mês, obrigava a

apresentar um registo do parceiro, a criar um NIFAP [número de beneficiário do IFAP] e a pedir orçamentos de tratores ou de movimentação de terras e as pessoas não tiveram tempo para tudo", explica Nuno Pereira à "Vida Económica".

Por fim, as medidas de apoio do Governo também não beneficiaram os emigrantes que perderam vinhas e outras culturas durante os incêndios. "Como estão fora, só quando regressarem é que vão querer fazer orçamentos e decidir se investem" para reconstruir tudo o que ardeu. Só que, lamenta Nuno Pereira, nessa

"Há pessoas com 30 mil euros de prejuízo que receberam 1350 euros, o que dá 5% de ajuda". O presidente da Cooperativa Capital dos Frutos Silvestres diz que "é mentira quando falam em ajudas a 100%". Para mais porque, "ainda por cima, não contabilizam o que se vai perder no futuro"

altura, "as candidaturas estão encerradas e já não haverá mais apoios".

Entretanto, também no seguimento dos incêndios que deflagraram a 15 de outubro, que afetaram sobretudo vários concelhos nas regiões Centro e Norte, com impacto em "centenas de empresas, o IA-

PMEI constituiu "uma 'task force' que está a atuar no apoio às empresas afetadas". Numa nota enviada à "Vida Económica", o presidente do IAPMEI assegura que "já começaram a ser processados os pagamentos às empresas no âmbito do REPOR, um Sistema de Apoio à Reposição da Competitivida-

de e Capacidades Produtivas, criado pelo Governo", e que é uma das medidas de apoio às empresas afetadas. O objetivo, diz, é "recuperar os ativos empresariais danificados".

"Neste momento o IAPMEI já visitou todas as empresas afetadas. Em 2018 queremos continuar a acompanhar e a contribuir ativa e eficazmente para o desenvolvimento desta reposição de capacidade do tecido empresarial. Para isso está a ser dada máxima prioridade ao processamento do pagamento destes pedidos", garante Jorge Marques dos Santos, presidente do IAPMEI.

Ciclo de Conferências

VITIVINICULTURA

2ª edição

CONFERÊNCIA

10 JANEIRO

«Vinhos da Madeira: História e Notoriedade»

Auditório Engenheiro Perry Vidal, Escola Agrícola de S. Vicente (Madeira)

PROGRAMA

14h00 Sessão de Abertura, Humberto Vasconcelos (Secretário Regional de Agricultura e Pescas da Madeira)

Painel 1 | Mercados & Internacionalização

14h30 Karina Olim Freitas (IVBAM), «Caraterísticas e Património Vitícola da Região Demarcada da Madeira»

14h40 Nádja Meroni (IVBAM), «Vinho da Madeira: uma Marca de Notoriedade»

Intervalo

Painel 2 | Tecnologia e Inovação

15h00 José Carlos Marques (Universidade da Madeira), «Inovação na Produção do Vinho da Madeira: uma perspetiva académica»

15h20 Francisco Albuquerque (Madeira Wine Company), «A Inovação na Produção do Vinho da Madeira: uma perspetiva empresarial»

Painel 3 | Mesa Redonda: os casos de sucesso

16h00 Convidados: Ricardo Freitas (vinhos Barbeito), Francisco Albuquerque (Madeira Wine Company) e Humberto Jardim (Henriques & Henriques)

Moderador: Marc Barros, jornalista da Vida Económica.

NOTA: o programa poderá sofrer alterações por motivos alheios à organização.

OUTRAS CONFERÊNCIAS JÁ REALIZADAS NO CICLO:

- TÁVORA/VAROSA (09.11.2017)
- BARRADA (23.11.2017)
- LISBOA (30.01.2018)

MAIS INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
heldermarques@vidaeconomica.pt

PDR 2020 em 'velocidade de cruzeiro'

Apesar de 2017 ter sido "um ano marcado por dois factos anómalos e extremamente negativos" – a seca extrema e prolongada e os incêndios florestais que consumiram mais de 442 mil hectares de espaços florestais e destruíram explorações e produções agrícolas e de animais e tiveram impacto em centenas de empresas –, o Governo garante que "os setores agrícola e florestal souberam resistir e prosseguir o caminho de afirmação, consolidando a tendência de crescimento dos últimos anos". Há, aliás, setores em que se tem "assistido a aumentos de produção", como as frutas e legumes, o vinho e o azeite.

Apesar dos incêndios, garante o Ministério da Agricultura, "2017 foi o ano de construção da reforma da floresta", com medidas ligadas à gestão e ao ordenamento florestal, ao cadastro

da propriedade rústica, ao reforço da prevenção e defesa da floresta contra incêndios e sapadores florestais, ao fogo controlado, ao regime jurídico das ações de arborização e re-arborização e das centrais de biomassa. Em 2017, o Governo procedeu à "contratação de 100 novos efetivos e equipamento de 64 equipas com novas viaturas e outros equipamentos". Ainda em 2017, foi tomada a "decisão de reforçar o programa com a criação de 200 novas equipas até 2019" e a "contratação de mais mil efetivos dedicados à defesa e proteção da floresta".

Também foi lançado o Programa Nacional de Regadios, "um projeto de longo prazo que permitirá disponibilizar mais 93 mil hectares de área de regadio até 2022", a que está associado "um investimento de 534 milhões de euros". O

Ministério da Agricultura garante, numa nota enviada à "Vida Económica", que, a par dos 267 milhões de euros do PDR 2020 para apoiar a operação, "já assegurou o financiamento, através de empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, no valor de 267 milhões de euros". Por outro lado, será feita a ampliação do Alqueva em mais 50 mil hectares de regadio, tendo o preço da água aos agricultores baixado "em 30%".

Por seu lado, o PDR 2020 viu o Governo proceder a um "reforço financeiro da componente nacional em mais 155 milhões de euros". O Ministério de Capoulas Santos garante que a execução do Programa "entrou em 'velocidade de cruzeiro' em 2017, colocando Portugal em terceiro lugar no ranking dos

Estados-membros da UE com melhores taxas de execução, apenas ultrapassado pela Irlanda e Finlândia".

O ano que findou foi também de aprovação da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e do respetivo Plano de Ação e aquele em que as exportações do setor agrícola "prosseguram a sua trajetória de crescimento, atingindo os 12% nos primeiros dez meses do ano". A abertura de novos mercados de exportação – como a China, para a carne de porco, por exemplo – ajudaram aos resultados. Em 2017, diz o Ministério da Agricultura, "foram abertos 26 mercados para 50 produtos de origem animal e sete produtos de origem vegetal". Desde que iniciou funções, o atual Governo "já abriu 41 mercados para 99 produtos de origem animal e 34 produtos de origem vegetal".

DIRETOR DO GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS (GPP) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA REVELA

Portugal defende a integração das matérias de ambiente e clima na PAC pós-2020

Num documento de 29 de novembro dirigido ao Parlamento Europeu, a Comissão Europeia (CE) fala do futuro da Alimentação a nível global e lança pistas acerca do futuro da Política Agrícola Comum (PAC) no pós-2020.

A "Vida Económica" foi esmiuçar o dossier e questionou o diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural sobre as linhas centrais da discussão. E, para Eduardo Diniz, não há dúvidas: as questões ambientais, a proteção dos recursos naturais e os efeitos das alterações climáticas "têm estado na primeira linha" das preocupações comunitárias, pelo que a PAC pós-2020 terá como "primeira prioridade a área do ambiente, clima, saúde, nutrição e o bem-estar animal". Portugal está alinhado com a CE.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – A Comissão Europeia diz que as alterações climáticas ameaçam agravar problemas como a volatilidade dos preços, as catástrofes naturais, o surgimento de pragas e doenças, entre outros. E que a PAC deve, por conseguinte, promover a transição para uma agricultura mais sustentável. Estando todos, à partida, de acordo com estas questões, como é que devemos interpretar esta afirmação?

Eduardo Diniz - A PAC tem sabido dar resposta aos desafios internos do setor agrícola e ao contexto dos desafios políticos mais abrangentes que se têm vindo a colocar à sociedade europeia. Como princípio, tem que prosseguir os objetivos delineados no Tratado de Funcionamento da União Europeia, que lhe exige o desenvolvimento da produção e a garantia de abastecimento alimentar, um rendimento adequado dos agricultores, a estabilidade dos mercados e a disponibilização de alimentos a preços razoáveis aos consumidores. Contudo, dada a natureza da atividade agrícola, esta tem dado uma resposta diversa na integração de outras preocupações comunitárias ao longo do tempo. Entre elas, as questões relacionadas com o ambiente, a proteção dos recursos naturais e, crescentemente, com os efeitos das alterações climáticas têm estado na primeira linha. Convém recordar que a introdução de objetivos e instrumentos relacionados com as áreas da sustentabilidade e remuneração de bens públicos ambientais tem sido progressiva ao longo das várias reformas da PAC.

VE – E Portugal, como se posiciona nesta matéria?

ED - Neste debate, Portugal defende a integração das matérias de ambiente e clima na PAC. No primeiro trimestre de 2016 o ministro da Agricultura teve a oportunidade de divulgar no Conselho de Ministros de Agricultura da UE um 'position paper' sobre a PAC pós-2020, onde são indicadas como primeira prioridade as áreas do ambiente, clima, saúde, nutrição e bem-estar animal.

VE – No documento que a Comissão elaborou sobre o futuro da Alimentação e a PAC pós-2020 é dito que a consulta pública realizada sobre a modernização e a simplificação da PAC "confirmou a existência de um amplo consenso quanto ao limitado êxito da resposta dos instrumentos da atual PAC aos desafios atuais". Isso quer dizer que os apoios, na forma como são hoje concedidos, têm os dias contados?

ED – Está a referir-se a quê, exatamente?

ED – Por exemplo, às medidas agroambientais, à condicionalidade ambiental e, mais recentemente, ao denominado 'greening', que abrange 30% dos apoios do primeiro pilar da PAC. Note-se que já no documento de orientação sobre a

reforma da PAC de 2013, apresentado em 2011, os objetivos estratégicos eram claros nesse propósito.

VE – Mas é de esperar uma revolução nos apoios da PAC no pós-2020?

ED – Não. Não será pela constatação que a agricultura está sujeita e pode contribuir para mitigar as alterações climáticas e ainda da necessidade de produzir mais eficientemente que se estará na presença de uma suposta 'revolução'. O próprio comissário Phil Hogan tem afirmado que o atual processo para o período pós-2020 corresponde a uma "evolução", uma modernização e simplificação da PAC, e não uma "revolução".

VE – Então, que novidades podemos esperar?

ED - A principal novidade está fundamentalmente ligada a dois aspetos. Primeiro, o reconhecimento, particularmente através da consulta pública, que a PAC deve fazer mais pela área do ambiente e clima, e em particular dos resultados modestos e diferenciados que o 'greening', que é principal instrumento em termos financeiros para a abordagem ambiental. Em segundo lugar, a conclusão assumida pela Comissão da impossibilidade de prosseguir com a abordagem de 'one size fits all', sendo essencial aprofundar a abordagem regional e local. Daqui interpretarmos que será fundamentalmente nesta área (ambiente e clima) que o novo modelo de funcionamento terá um importante impacto. Ou seja, a atribuição de um elevado nível de subsidiariedade na definição dos apoios por cada Estado-membro, baseado no alcance de resultados com liberdade para escolher diferentes caminhos.

VE – E Portugal, como se posiciona nesta matéria?

ED - Neste debate, Portugal defende a integração das matérias de ambiente e clima na PAC. No primeiro trimestre de 2016 o ministro da Agricultura teve a oportunidade de divulgar no Conselho de Ministros de Agricultura da UE um 'position paper' sobre a PAC pós-2020, onde são indicadas como primeira prioridade as áreas do ambiente, clima, saúde, nutrição e bem-estar animal.

VE – No documento que a Comissão elaborou sobre o futuro da Alimentação e a PAC pós-2020 é dito que a consulta pública realizada sobre a modernização e a simplificação da PAC "confirmou a existência de um amplo consenso quanto ao limitado êxito da resposta dos instrumentos da atual PAC aos desafios atuais". Isso quer dizer que os apoios, na forma como são hoje concedidos, têm os dias contados?

ED – Está a referir-se a quê, exatamente?

ED – Por exemplo, às medidas agroambientais, à condicionalidade ambiental e, mais recentemente, ao denominado 'greening', que abrange 30% dos apoios do primeiro pilar da PAC. Note-se que já no documento de orientação sobre a

As zonas rurais da União Europeia (UE) albergam no seu conjunto 55% dos cidadãos europeus. A agricultura europeia é um dos maiores produtores mundiais de alimentos e o maior exportador, garantindo a segurança alimentar de mais de 500 milhões de cidadãos e emprego estável a 22 milhões de pessoas

ED - O novo modelo de funcionamento é justificado pela Comissão com a necessidade de a PAC ter de "afinar as suas respostas aos desafios e oportunidades" e, nomeadamente, "melhorar a sua prestação no âmbito dos objetivos da UE". A aplicação deste novo modelo de funcionamento irá, por certo, promover uma aplicação mais adaptada à diversidade dos territórios europeus, mas, por outro lado, encerra o risco de fragmentar o caráter comum da PAC. Este risco de renacionalização da PAC terá que ser abordado com prudência, particularmente nas matérias relacionadas com o funcionamento do mercado interno. No entanto, em matéria ambiental, é

reconhecido que PAC terá que evoluir no sentido de uma maior eficácia. Um conjunto de medidas, melhor adaptadas ao 'terreno', pode trazer benefícios na obtenção de um maior reconhecimento pela sociedade em geral e pelos próprios agricultores. Esta é uma matéria em que um maior grau de subsidiariedade pode ser necessário, nomeadamente na combinação dos vários instrumentos disponíveis, como as medidas agroambientais e silvo-ambientais, o 'greening' e a condicionalidade, os quais são diferentes, por exemplo em termos do período de aplicação (anual e plurianual) e do seu caráter obrigatório e comum ou voluntário e específico.

Portugal é dos Estados-membros com maior experiência na conceção e aplicação de medidas agro-ambientais, das medidas para a viabilização da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, sobretudo financiadas no quadro dos programas de desenvolvimento rural, mas, também, no primeiro pilar da PAC, com o antigo artº 68 do Regulamento dos Pagamentos Diretos ou atualmente com o modelo de prática equivalente à diversificação do 'greening'.

Portugal tem a experiência de ter um envelope financeiro da PAC em que cerca de metade do PDR (comparativamente a apenas 25% da média da UE) tem um grau de subsidiariedade assinalável, o que também acontece com as medidas específicas para a vinha e frutos e hortícolas e com os pagamentos ligados.

VE – E deve continuar a ser assim?

ED - Defendemos que a PAC deve continuar a ser uma política comum e que as medidas nacionais, regionais ou locais só devem ser adotadas perante situações específicas, como as que referi, para impedir situações de distorção da concorrência. As medidas que visam assegurar uma produção alimentar com a quantidade e a qualidade necessárias aos cidadãos europeus e disponível em todo o território, como o atual pagamento base, devem continuar a ser aplicadas com uma base comum. É fundamental que se prossiga o modelo de convergência entre Estados-membros.

VE – A Comissão Europeia também faz no-

tar que a PAC tem de continuar a estimular o emprego, o crescimento e o investimento, explorando a economia circular e a bioeconomia, reforçando a proteção do ambiente e o combate e adaptação às alterações climáticas, etc. Pergunto-lhe: a economia circular é uma inevitabilidade e a PAC tem de lhe dar resposta e, consequentemente, canalizar apoios para que as empresas façam esta transição?

ED - Existe, não só na comunidade científica, mas no próprio setor agrícola, a consciência da necessidade de alteração, a prazo, de paradigma produtivo. As pressões em sinal contrário por parte da procura de alimentos (que terá de crescer) e da oferta (em que existem crescentes limitações à expansão da área cultivada) levam a um 'pisar em simultâneo no travão e no acelerador', caso não se encontrem novas soluções para o modelo produtivo agrícola. Essas soluções terão de vir da combinação de duas respostas: por um lado, a economia circular, baseada no combate ao desperdício alimentar, na reutilização de materiais, na promoção da bioeconomia e na eficiência generalizada do uso dos recursos e, por outro, no desenvolvimento e incorporação de novos processos tecnológicos, como a agricultura de precisão e a utilização de processos ecológicos.

VE – E a PAC tem de ser capaz de fazer esta adaptação, é isso?

ED - Esta transição requer políticas públicas, desde a simples regulamentação ambiental à diferenciação dos produtos conforme a sua pegada ecológica, incentivos à produção de bens públicos ambientais pela agricultura e uma política de investigação e desenvolvimento da base científica e tecnológica. A economia circular é um dos meios para conseguir uma maior sustentabilidade e é importante que a PAC a incentive. Para esse efeito, poderão ser utilizadas, quer

No seu conjunto, a agricultura, a transformação alimentar e o retalho e serviços relacionados garantem cerca de 44 milhões de empregos e as exportações agroalimentares são as mais elevadas do globo, tendo superado os 131 mil milhões de euros em 2016

as medidas de investimento quer as ambientais, a criar na PAC pós-2020.

É importante que esses apoios não se circunscrevam a um círculo restrito de agricultores mas, a partir destes agentes mais inovadores, conseguir expandir essa inovação para as pequenas e médias explorações, para as explorações extensivas e para os vários setores de atividade. No caso da agricultura de precisão, a gestão da exploração com o recurso a tecnologias de sistemas de navegação por satélite e tecnologias de informação, comunicação e eletrónica é um processo complexo que tem em vista a gestão unificada e integrada da exploração, mas necessita de um trabalho de consolidação para permitir a sua generalização.

VE - Outra das ideias passadas neste documento é a da simplificação. A Comissão diz que o atual sistema de prestação da PAC baseia-se em regras demasiado prescritivas, até ao nível da exploração agrícola. Caminharemos para uma PAC com controlos menos apertados e menos sanções e auditorias?

ED - Não é expectável ter menos controlos, porque o grau em que estes são efetuados obedece a regras de auditoria estabelecidas a nível internacional e são imprescindíveis para garantir a boa aplicação de dinheiros públicos. A maior flexibilidade que se terá para determinar regras de aplicação a nível nacional terá subjacente a necessidade de essas

regras assegurem um efetivo contributo para os objetivos comunitários delineadas num plano estratégico que será negociado com a Comissão. As sanções dependem até certo ponto dos próprios agricultores e da administração pública nacional. Mas são também causadas em grande medida pela falta de clareza de regras comunitárias, por incoerências regulamentares e interpretações casuísticas, por vezes abusivas, dos auditores. No debate em curso, é mesmo abordado o conceito de "direito ao erro", que deve ser lido numa aplicação mais eficaz do princípio da proporcionalidade sobre as incorreções detetadas na aplicação dos apoios. Contudo, sem um sistema de controlo fidedigno será insustentável a aplicação de uma política pública com relevantes recursos públicos dos contribuintes europeus.

VE - Há ainda um outro aspeto: uma cada vez maior exposição dos agricultores ao mercado, à volatilidade dos preços e à pressão sobre os rendimentos, às alterações climáticas, aos fenómenos extremos e crises sanitárias e fitossanitárias, etc. A Comissão defende uma melhor gestão dos riscos e dos seguros agrícolas. O caminho é este?

ED - A gestão de risco não se faz só através de seguros. Como diz a Comissão, "A PAC, proporciona já um conjunto de ferramentas que ajudam os agricultores a prevenir e gerir os riscos a vários níveis, dos pagamentos diretos e intervenção no mercado às compensações pós- crise e às atuais medidas do segundo pilar, nomeadamente um instrumento de estabilização do rendimento (IST) e o apoio em matéria de seguros".

Esta asserção vem em linha com a posição defendida por Portugal sobre a futura PAC em que é defendido que se deve assegurar uma gestão global do risco que colmate o desincentivo ao investimento agrícola. São necessárias medidas específicas para fazer face aos riscos associados a fenómenos extremos (climáticos, geopolíticos, alarme nos consumidores). Mas a internalização da gestão de risco pelos agricultores é o meio mais eficaz de lidar com a volatilidade, pelo que defendemos que se deve manter uma camada de apoio direto ao nível individual associado ao efeito estabilizador do pagamento base.

De facto, deve-se ter presente que uma adequada gestão do risco é um instrumento essencial da competitividade, pelo que a adesão voluntária de grupos de agricultores numa base regional e sectorial a mecanismos de estabilização de rendimento como os seguros ou os fundos mutualistas deve ser estimulada.

CE cria plataforma permanente de gestão dos riscos

A Comissão Europeia (CE) vai criar, "a curto prazo", uma plataforma permanente sobre a gestão dos riscos a nível da União Europeia. O objetivo é criar um fórum onde os agricultores, autoridades públicas e partes interessadas possam "trocar experiências e boas práticas" e, por essa via, "melhorar a aplicação dos atuais instrumentos e nortear futuros desenvolvimentos políticos".

A CE considera que a maior exposição da agricultura e dos produtores ao mercado "conduziu a elevados riscos de volatilidade dos preços e a uma pressão cada vez maior sobre os rendimentos". Além, ainda, dos "riscos decorrentes das alterações climáticas, do consequente aumento da frequência e gravidade de fenómenos extremos e das crises sanitárias e fitossanitárias cada vez mais frequentes", que afetam a pecuária europeia e os fatores agrónómicos.

Ora, apesar de os agricultores, na qualidade de empresários, serem, em última análise, os "responsáveis pela definição das suas próprias estratégias nas explorações", a CE considera "importante criar um quadro sólido que permita prevenir ou gerir riscos e crises". Na prática, para "reforçar a sua resiliência e, ao mesmo tempo, proporcionar os incentivos necessários para atrair as iniciativas privadas".

É certo que a Política Agrícola Comum (PAC) já proporciona um conjunto de "ferramentas que ajudam os agricultores a prevenir e gerir os riscos a vários níveis", dos pagamentos diretos e intervenção no mercado às compensações pós- crise e às atuais medidas do segundo pilar, nomeadamente um instrumento de estabilização do rendimento e o apoio em matéria de seguros.

No entanto, diz a Comissão que as opções existentes em termos de gestão de riscos "podem ser mais bem exploradas". Por exemplo, "através da utilização de índices para o cálculo das perdas de rendimento das explorações agrícolas, reduzindo a burocracia e os custos". Por outro lado, "é possível melhorar a compreensão dos instrumentos de gestão de riscos em geral e dos seguros agrícolas em particular pelos agricultores", assim como "a reflexão" sobre os mesmos.

Assim, as ações de formação de desenvolvimento rural, as iniciativas de transferência de conhecimento e a integração no serviço de aconselhamento agrícola são "uma oportunidade para aumentar os conhecimentos sobre os benefícios desses sistemas".



Eduardo Diniz, diretor do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Propostas legislativas da PAC pós-2020 apresentadas até junho 2018

O ministro da Agricultura de Portugal criou, através de um despacho de junho de 2017, o Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC, que tem por missão identificar os principais desafios e contribuir para a formulação das opções nacionais em relação ao futuro da PAC para o período após 2020.

Este órgão consultivo, frisa Eduardo Diniz, "tem uma componente técnica independente, com recurso a destacados especialistas na matéria, e uma componente de diálogo e auscultação do setor agrícola, através das suas organizações representativas".

Para maio de 2018, e sob a presidência búlgara do Conselho de Ministros, está prevista a apresentação das propostas do Quadro Financeiro Plurianual para o período pós-2020. Este documento, explica o presidente do GPP, "é fundamental para se conhe-

rem os recursos disponíveis para cada rubrica do orçamento comunitário", incluindo a PAC e a Política de Coesão, que são as políticas tradicionais da UE e que abarcam cerca de 80% dos fundos comunitários.

No final do primeiro semestre de 2018 serão apresentadas, por parte da Comissão Europeia, os textos das propostas legislativas que suportam a PAC pós-2020. Já no segundo semestre, terão início os debates no tríplice interinstitucional (Comissão, Conselho e Parlamento Europeu). Em maio de 2019 serão realizadas eleições para o Parlamento Europeu e será constituída, após essa data, uma nova Comissão Europeia.

A dúvida, diz Eduardo Diniz, é se existirá "tempo suficiente (até início de 2019) de estarem concluídas as negociações no atual mandato do PE e da COM".

Douro: "tudo indica que 2017 seja um ano de vinhos de excelente qualidade"

O Ministério da Agricultura fez publicar a 20 de dezembro em Diário da República uma lista das 115 castas que define como aptas para a produção de vinho e produtos vínicos com direito às denominações de origem da Região Demarcada do Douro (RDD). Em entrevista, por email, à "Vida Económica", o presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), Manuel Novaes Cabral, faz questão de frisar que esta publicação é "uma oportunidade de melhoria na simplificação da legislação", porque "substituiu três diplomas com mais de 10 anos".

Questionado sobre os efeitos da seca prolongada em 2017 na produção de vinho no Douro, Novaes Cabral está otimista: apesar da antecipação das vindimas entre uma e duas semanas e pese embora o "desvio dos resultados da colheita em relação às previsões", tudo indica que 2017 seja "um ano de vinhos de excelente qualidade".



Manuel Novaes Cabral, presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

tis International Varieties Catalogue', juntando-se o prefixo PRT, identificativo de Portugal.

VE - A portaria refere que as castas Pinot Noir, Pinot Blanc e Chardonnay apenas podem ser usadas para espumante DOC Douro. Está de acordo que as castas de origem estrangeira não devem ser plantadas no Douro?

MNC - Essa questão não se coloca, uma vez que, tal como é explicado nas respostas anteriores, quer a lista nacional de castas que podem ser utilizadas em Portugal quer a lista relativa à Região Demarcada do Douro estão definidas em diploma legal que está em vigor.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Que opinião tem sobre a Portaria n.º 383/2017, publicada a 20 de dezembro?

Manuel Novaes Cabral - O IVDP não emite opiniões sobre diplomas legais ou regulamentares. Não obstante, cumpre esclarecer que este diploma é publicado na sequência do estabelecido no art.º 6.º do Estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de agosto. Este determina que as castas que podem ser utilizadas na elaboração de vinhos e produtos vínicos DOC Porto, Douro e IGP Duriense sejam definidas em portaria do membro do Governo responsável pela área da agricultura, após parecer do Conselho Interprofissional do IVDP. A publicação desta Portaria foi também uma oportunidade de melhoria na simplificação da legislação, uma vez que a sua publicação substituiu três diplomas com mais de 10 anos: a Portaria n.º 413/2001, de 18 de abril, o Decreto-Lei n.º 190/2001, de 25 de junho, e a Portaria n.º 1197/2006, de 7 de novembro.

VE - O diploma refere que se pretende manter a diversidade de castas existentes na RDD. Essa diversidade mantém-se?

MNC - A portaria manteve as castas tradicionais já existentes, apenas atualizando e harmonizando com a Portaria n.º 380/2012, de 22 de novembro, que estabelece as castas de uvas aptas à produção de vinho em Portugal. Esta elencou as castas numa lista onde eram definidos o Código criado pela Estação Vitivinícola Nacional para identificação de castas e respetivas entradas no 'Vi-

VE - No que se refere aos vinhos com indicação geográfica "Duriense", passa a ser permitida a sua produção com as castas reconhecidas como aptas à produção de vinho em Portugal, de modo a criar condições de inovação e apresentação de novos produtos. O que é que isto significa, na prática?

MNC - A Região Demarcada do Douro é uma região que se inova e reinventa permanentemente, tentando encontrar as melhores soluções para a produção de vinhos diferentes. Isto, graças à capacidade dos produtores e à constante aliança com centros de investigação e desenvolvimento. Para isso, temos um vinho que, não podendo ser DOC Douro por utilizar castas não previstas no respetivo caderno de especificações, pode utilizar qualquer casta nacional e ser certificado pelo IVDP: o IGP Duriense.

VE - 2017 foi um ano de grande escassez de água, fruto da seca prolongada. Que reflexos houve para a produção de vinho na RDD, em quantidade e qualidade?

MNC - Em 2017, a seca extrema obrigou a antecipar as vindimas entre uma e duas semanas e provocou um desvio dos resultados da colheita em relação às previsões. No princípio do verão, estimava-se para este ano na Região Demarcada do Douro um aumento de cerca de 25%, acabando por se verificar um crescimento de apenas 5% em relação a 2016, que foi uma vindima 'curta'. Diga-se, no entanto, que a vindima de 2017 se situa na média dos últimos 10 anos. Tudo indica que 2017 seja um ano de vinhos de excelente qualidade.

Produção mundial de vinho 2016

	2012	2013	2014	2015	2016	2016/2015 Variação em volume	2016/2015 Variação em %
Itália	45,2	54,0	44,2	50,0	50,9	0,9	2 %
França	41,5	42,1	46,5	47,0	43,5	-3,5	-7 %
Espanha	31,1	45,3	39,5	37,7	39,3	1,7	4 %
EUA	21,7	24,4	23,1	21,7	23,9	2,2	10 %
Austrália	12,3	12,3	11,9	11,9	13,0	1,1	9 %
China	13,5	11,8	11,6	11,5	11,4	-0,1	-1 %
África do Sul	10,6	11,0	11,5	11,2	10,5	-0,7	-6 %
Chile	12,6	12,8	10,0	12,9	10,1	-2,7	-21 %
Argentina	11,8	15,0	15,2	13,4	9,4	-3,9	-29 %
Alemanha	9,0	8,4	9,2	8,9	9,0	0,1	1 %
Portugal	6,3	6,2	6,2	7,0	6,0	-1,0	-15 %
Rússia	6,2	5,3	4,9	5,6	5,6	0,0	0 %
Roménia	3,3	5,1	3,7	3,5	3,3	-0,3	-8 %
Nova Zelândia	1,9	2,5	3,2	2,3	3,1	0,8	34 %
Gérvia	3,1	3,3	2,8	2,5	2,6	0,0	2 %
Sérvia	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	0 %
Áustria	2,1	2,4	2,0	2,3	2,0	-0,3	-14 %
Hungria	1,8	2,6	2,6	3,0	1,9	-1,2	-38 %
Moldávia	1,5	2,6	1,6	1,7	1,7	0,0	0 %
Brasil	3,0	2,7	2,7	3,5	1,6	-1,9	-55 %
Bulgária	1,3	1,7	0,7	1,3	1,2	-0,1	-8 %
Geórgia	0,8	1,0	1,1	1,3	1,1	-0,2	-16 %
Suíça	1,0	0,8	0,9	0,9	1,0	0,1	18 %
Mundo	258	290	270	276	267	-9	-3 %

FONTE: Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV).

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO DIZ QUE O PREÇO DE PRATELEIRA ESTÁ "COMPLETAMENTE DESFASADO DA REALIDADE"

"Falta da parte do Governo um maior esforço na implantação do vinho do Porto como símbolo nacional"

O mercado do vinho do Porto "tem-se mantido mais ou menos fiel", mas com "tendência para o decréscimo". Quanto ao preço de venda ao público, tanto os vinhos DOC Douro como os Porto de entrada têm "um preço de prateleira completamente desfasado da realidade", afirma o presidente da Casa do Douro - Federação Renovação do Douro. Em declarações à "Vida Económica", António Lencastre é claro: "não há razões plausíveis que justifiquem esse desajustamento" e "só com a subida dos preços será possível pagar o preço justo aos vitivinicultores".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A promoção do vinho do Porto tem sido patrocinada e estruturada dentro da região da Douro e, para o presidente da Casa do Douro - Federação Renovação do Douro, isso "é uma mais-valia". No entanto, diz António Lencastre, "falta, da parte do Governo, um maior esforço na implantação do vinho do Porto como símbolo nacional".

Por outro lado, e dado que o mercado de vinho do Porto se tem "mantido mais ou menos fiel", embora "com tendência para o decréscimo", falta, na opinião do novo presidente da Casa do Douro, "uma aposta clara em segmentos mais jovens" e em "novas formas de consumo". Apesar disso, diz António Lencastre que "o consumo nacional, em que os portugueses nunca foram os primeiros, tem tido uma tendência de crescimento importante, devido ao aumento substancial do turismo". E esse, diz, "é um segmento onde poderemos também investir mais".

A "Vida Económica" também questionou o presidente da Casa do Douro, criada em 1932 e desde dezembro de 2014 com a designação Casa do Douro - Federação Renovação do Douro sobre os preços e sobre se o vinho DOC Douro e Porto estão a ser vendidos a valores justos ou se necessitam de ser valorizados. António Lencastre é perentório: "tanto os vinhos DOC Douro, como os Porto de entrada têm um preço de prateleira completamente desfasado da realidade". Aliás, diz mais: "não há razões plausíveis que justifiquem esse desajustamento".

Em sua opinião, no caso dos DOC Douro, "falta uma maior fiscalização para verificação e controlo da real produção e existências de vinho na RDD". Diz o presidente da Casa do Douro que "é preciso garantir que, de facto, os vinhos têm origem na região, cujos custos de produção são elevados, não permitindo preços idênticos aos de outras regiões do país". Assim sendo, para si, é "claro" que "só com a subida dos preços de prateleira será possível pagar o preço justo aos vitivinicultores".

Por último, e no caso dos vinhos do Porto, diz António Lencastre que "pre-

cisamos de valorizar mais os vinhos de categorias especiais e fazer com que os próprios portugueses passem a considerar o vinho do Porto como o seu vinho de excelência".

Crescente interesse na utilização de novas castas da RDD

A Portaria n.º 383/2017, publicada a 20 de dezembro, pelo Ministério da Agricultura, com uma lista das 115 castas aptas para a produção de vinho e produtos vínicos com direito às denominações de origem da Região Demarcada do Douro (RDD), tem já "largos anos de debate alargado no setor". A verdade é que "tem sido do consenso quase geral, quer na produção, quer no comércio, que a RDD tem nas suas castas autóctones uma mais-valia enorme" e que a exploração do potencial dessas diversidades "ainda vai no seu início", diz à "Vida Económica" Anabela Carneiro, coordenadora técnica e diretora executiva da Casa do Douro.

O Ministério da Agricultura diz que se pretende manter a diversidade de castas existentes na RDD. E Anabela Carneiro está de acordo que, com este diploma, "esta diversidade tende a ser mais explorada". Garante, aliás, que a Casa do Douro tem sido "um dos motores no sen-

tido do aproveitamento das melhores qualidades das diferentes castas, ao promover o seu conhecimento". E se é certo que, no passado, no início das reestruturações de vinha, "houve algum estrangulamento, elegendando-se poucas castas", "de há alguns anos a esta parte verifica-se um crescente interesse na utilização de novas castas da RDD, com resultados francamente positivos".

Relativamente às castas Pinot Noir, Pinot Blanc e Chardonnay, que só po-



António Lencastre, presidente da Casa do Douro - Federação Renovação do Douro.

dem ser usadas para espumante DOC Douro, a diretora executiva da Casa do Douro está de acordo. "O manancial de castas que a RDD tem é fator diferenciador da nobreza dos vinhos do Douro". É, aliás, por isso, que esses vinhos são "especiais", quer na sua criação, quer na sua evolução. Por tudo isso, Anabela Carneiro considera "desnecessário alinhar os nossos produtos com modelos de vinhos indiferenciados, com base num leque limitado de castas, que são comuns em qualquer parte do mundo".

No que se refere aos vinhos com indicação geográfica "Duriense", com a publicação da nova portaria passa a ser permitida a sua produção com as castas reconhecidas como aptas à produção de vinho em Portugal, de modo a criar condições de inovação e apresentação de novos produtos.

Ora, para a coordenadora técnica da Casa do Douro, isto quer dizer que "a RDD pode 'emprestar' o seu nome a vinhos com origem na região" em que é possível a introdução de vinhos não durienses, "colmatando assim a necessidade de alguns na criação de produtos muito próprios".

No entanto, frisa Anabela Carneiro, "a nível da RDD, a utilização da IG [indicação geográfica] Duriense tem tido muito pouca adesão", pois "para os consumidores dos vinhos do Douro, a denominação, DOC Douro já é muito importante".

Douro: minimizar o impacto das alterações climáticas

O ano 2017 foi de grande escassez de água, fruto da seca prolongada. Novembro passado foi o oitavo mês consecutivo com valores de precipitação inferiores ao normal, com o período de abril a novembro a ser o mais seco desde 1931, com um índice de precipitação cerca de 30% do normal.

A "Vida Económica" perguntou à diretora executiva da Casa do Douro que reflexos houve para a produção de vinho na RDD, quer em quantidade, quer em qualidade, fruto desta seca. E a resposta é animadora. "No global, não houve grandes perdas de produção devido à escassez de água", diz, sobretudo porque a seca "só se refletiu efetivamente na região do Douro superior e não afetou a qualidade". Aliás, "o ano 2017 pode vir a ser considerado um ano de referência em termos qualitativos".

Certo é que as alterações climáticas estão em curso. E, "a partir de agora, diz Anabela Carneiro, temos que de ter consciência de que as alterações climáticas são um facto, o que nos deve fazer refletir sobre em que regiões devemos ou não plantar e quais aquelas em que, com essa evolução, passarão a ter melhores ou piores condições para a cultura da vinha". Além disso, diz esta responsável, "deverá ser ponderada a utilização mais alargada, ou não, da rega e outros maneios que possam minimizar o impacto das alterações climáticas".

Casa do Douro representa 50% dos lavradores inscritos no IVDP

A reestruturação, em dezembro de 2014, da Casa do Douro com base na Federação Renovação do Douro, que é agora uma associação de natureza privada, "permitiu demonstrar que o caráter público pré-vigente não constituiu uma mais-valia", garante Miguel Anaya, diretor a Casa do Douro. Aliás, "antes pelo contrário", pois "ao espalhar da obrigação de associação e pagamento de quotas", que vigorava no extinto modelo e que, "na realidade, nada gerava em termos de representatividade dos viticultores e dos seus interesses e nada era cumprido em termos de pagamento de quotas legalmente impostas, sucedeu uma entidade de associação livre".

Esta nova estrutura, a que preside António Lencastre, agrega hoje "mais de 10 mil viticultores distribuídos entre associados de cooperativas e de associações de viticultores" e a sua representatividade "alcança cerca de 50% dos lavradores inscritos no IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e Porto]. E, em termos de área de vinha, representa "uma percentagem que se aproxima a passos largos dos 60%", diz o mesmo responsável.

O problema, diz Miguel Anaya,

é que o artigo 4.º do Decreto-Lei 152/2014 "instituiu um modelo de subvenção temporalmente limitada da nova Casa do Douro destinado à sua instalação e que emergia da distribuição percentual das taxas de produção pagas pelos lavradores". Porém, esta fórmula "não só se esgota neste ano 2017, ou seja, perdurou por menos de três anos, como foi submetida a critérios de acesso tão complexos e burocráticos que tornou praticamente impossível a adesão dos agricultores". E basta referir um exemplo: "a nova Casa do Douro apenas recebeu, em cada um dos três anos, valores que representam 10% do montante a que teria direito por decisão do Conselho Interprofissional do IVDP".

Diz este diretor que a Casa

do Douro "tem encontrado fontes de financiamento autónomas". No entanto, elas "não são suficientes para permitir uma intervenção alargada na Região Demarcada do Douro", pelo que é preciso "sensibilizar o Governo para a prorrogação do período de subvenção já preconizado na lei".

Questionado quanto à venda dos lotes de vinhos património da extinta Casa do Douro - 81.400 litros de vinho do Porto das colheitas desde 1934 a 2001 -, diz Miguel Anaya que ela "constitui responsabilidade de uma comissão nomeada pelo Governo no ano 2016".

O diretor da Casa do Douro explica, ainda assim, que, até à data, "apenas foram loteados e alienados cerca de 80 mil litros do vinho do Porto". A verba daí resultante foi desti-

nada a recolher fundos para o pagamento de salários e indemnizações em atraso aos ex-trabalhadores da antiga Casa do Douro, o que, revela este diretor, "acabou por suceder à boca do processo eleitoral autárquico" [eleições a 1 de outubro 2017].

A Casa do Douro - Federação Renovação do Douro reconhece a "necessidade de sanar as dívidas laborais", que ultrapassam os 1,1 milhões de euros (entre salários e indemnizações dos ex-trabalhadores). No entanto, diz Miguel Anaya, a atual presidência da Casa do Douro "manifestou a sua oposição ao modelo seguido". Isto porque "o processo de realização de valor resultou de uma urgência e de uma opção patrimonial de venda de produto vínicu armazenado que não teve o adequado cuidado de pulsar as implicações da entrada inopinada de vinho do Porto de características especiais na região e no circuito económico". E, "mais a mais, quando a Comissão Liquidatária detinha ao seu alcance bens em contínua deterioração que teriam permitido um encaixe de valor sem colocar em risco a estrutura produtiva e comercial do vinho do Porto".



CEPAAL promove azeite do Alentejo no estrangeiro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Alentejo produz cerca de 76% do azeite em Portugal. Nos últimos 15 anos, a região ganhou mais 50 mil hectares de olival, facto que Henrique Herculano, presidente do CEPAAL - Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo, considera "determinante para o crescimento da produção nacional de azeite".

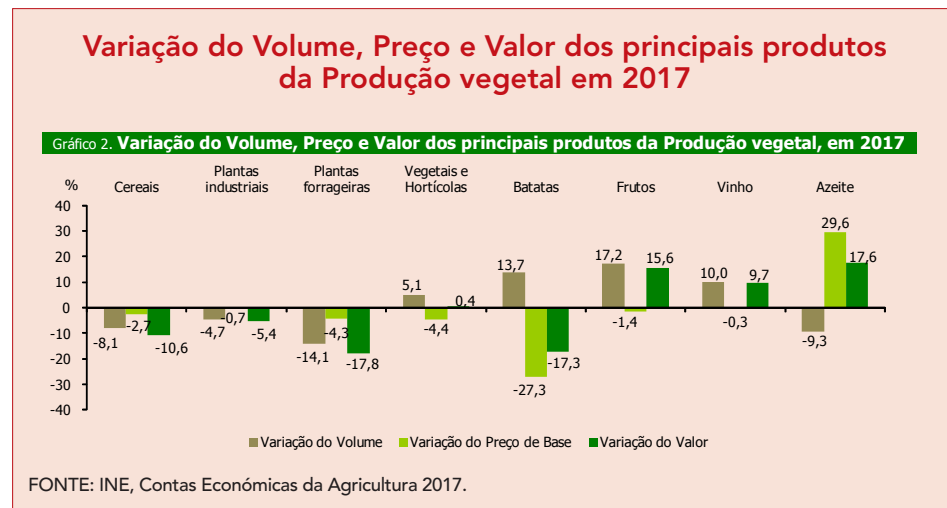
A estrutura alentejana, que tem entre os seus associados 22 produtores assim como instituições ligadas ao setor olivícola e oleícola, incluindo organismos do Estado, municípios e universidades, está apostada em reforçar a sua estratégia de promoção externa e dar a conhecer o azeite do Alentejo e as empresas produtoras a novos mercados, como forma de "contribuir para o aumento das exportações e da visibilidade coletiva deste produto e dinamizar a economia da região".

Chamou, aliás, em dezembro, à região vários bloggers e jornalistas estrangeiros e durante o ano de 2018 tem previstas várias outras "ações de promoção e degustação de azeites" junto de retalhistas, grossistas e consumidores. Isto, além da participação em certames estratégicos do setor alimentar nos países identificados como prioritários (Brasil, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Suécia e Dinamarca).

Estas ações, inseridas no projeto "Promoção do Azeite do Alentejo nos Mercado Externos", são co-financiadas pelo Alentejo 2020, no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo. O investimento total é de 320.682 mil euros, dos quais 256.546 mil euros são provenientes do FEDER.

Seca em Espanha favorece preços altos

Em termos meteorológicos, o ano agrícola de 2016/2017 registou baixos valores de precipitação e elevadas temperaturas. A primavera foi a terceira mais quente desde 1931 e o verão o sexto mais quente e o terceiro mais seco desde 2000, o que beneficiou o



desenvolvimento de algumas culturas e prejudicou outras.

Nas contas económicas da agricultura referentes a 2017 e publicadas a meados de dezembro, o Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que a produção do ramo agrícola no ano



que passou apresenta "um acréscimo em termos nominais (+4,0%)", motivado pelo aumento do volume (+3,9%) e uma estabilização dos preços base (+0,1%). Ainda assim, no que respeita à produção de azeite "é expectável um decréscimo de produção em volume (-9,3%) e um aumento dos preços de

Congresso mundial do azeite em Portugal em junho

Portugal acolhe, pela primeira vez, em junho de 2018, em Santarém, o Congresso Mundial do Azeite, no âmbito da Feira Nacional da Agricultura. Este evento, entre os dias 7 e 8 de junho, que deverá debater o futuro do setor olivícola e do azeite, inclui um concurso nacional de azeites de Portugal e uma ampla gama de palestras, mesas redondas e atividades no setor, com destacados convidados nacionais e internacionais.

Entre os vários oradores está o comissário europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, assim como o comissário europeu para a Investigação, Inovação e Ciência, Carlos Moedas.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deverá estar presente na sessão de abertura.

Mais informações assim como o programa provisório do evento podem ser consultados aqui: <http://worldoliveoilsummit.com>.

base (+29,6%)", diz o INE.

Em todo o caso, este cenário de produção, para o ano civil de 2017, resulta da agregação de partes de duas campanhas com diferentes níveis de produção: a campanha anterior (2016/2017) e a campanha atual (2017/2018). Na atual, os olivais regados atingiram a maturação da maioria dos frutos, perspetivando-se uma produção

elevada (aumento de 15,0%). Pelo contrário, nos olivais de sequeiro, que abrangem uma área maior, a escassa precipitação de setembro e outubro, aliada às elevadas temperaturas, conduziu a uma produtividade inferior (queda precoce ou engelhamento dos frutos) e afetou negativamente o teor em gordura das azeitonas, frisa o INE.

Certo é que, a Casa do Azeite apontou, em finais de novembro, que a produção de azeite deste ano possa chegar às 100 mil toneladas, quando na última campanha não ultrapassou as 69 mil toneladas.

Quanto ao preço, a redução de oferta interna (sobretudo em 2016), aliada ao aumento de procura internacional (em consequência da redução da oferta dos países produtores e aumento de consumo a nível mundial) geraram um aumento de preços deste produto no ano de 2017.

E a verdade, diz Henrique Herculano, diretor técnico do CEPAAL, é que "este ano os preços altos vão continuar", porque "enquanto não houver um ano em que a produção de Espanha bata novos recordes como o de 2012 isto vai-se manter". E a seca prolongada, que também se tem vindo a fazer sentir em Espanha é um dos fatores. "Infelizmente, a seca em Espanha até joga a nosso favor", diz.

Espanha, recorde-se, é de longe o maior produtor de azeite do mundo, com cerca de 50% da produção global de 2014. A produção está sobretudo concentrada na Andaluzia, responsável por cerca de 70% do azeite produzido no país. Nessa região, Jaen responde por 50% da produção espanhola, sendo a maior região produtora do mundo.

Itália, por sua vez, é o país que possui mais variedades de azeitona (mais de 400). Em 2014 foi o segundo país produtor, com 14% da produção mundial.

"PDR 2020 deixou de financiar projetos de criação de porco bísaro" – Retificação

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

No trabalho jornalístico publicado no último suplemento "AgroVida", inserido no jornal "Vida Económica" do dia 07 de dezembro, é referido em título que o PDR 2020 deixou de financiar projetos de criação de porco bísaro.

Ora, tal informação não é exata. Na verdade, as candidaturas continuam a ser analisadas e, se tiverem valor, podem ser aprovadas. Sucede que apenas uma medida de apoio (subsídio) que era atribuída aos criadores desde 2015 está fechada.

Essa medida, denominada "Manutenção das raças autóctones em risco",



que prevê um apoio por animal, de raças autóctones, ou seja, não só para o porco bísaro como para as outras raças autóctones, inclusive animais de outras espécies, foi encerrada em 2015 por falta de cabimento orçamental, o que tem como consequência que os novos criadores não têm acesso a este apoio. No entanto, os mesmos criadores podem apresentar candidaturas a projetos no âmbito do PDR 2020. À Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANCSUB), na pessoa do Engº Pedro Fernandes, as nossas desculpas.

Recorde-se que a ANCSUB, que é a entidade gestora do respetivo livro genealógico, tem 205 criadores ativos aderentes em Portugal. Pedro Fernandes, técnico ANCSUB, explicou à "Vida Económica" que "estas explorações encontram-se em praticamente todo o território continental acima do rio Tejo", mas que "a maioria" está na região de Trás-os-Montes, num total de 110. As restantes estão pelo Minho, Beira Interior e Beira Litoral e mais uma no concelho de Alcácer do Sal. O número de animais inscritos no livro genealógico soma 5800 porcas reprodutoras.

"Nos últimos anos, especialmente a partir de 2013, a raça bísara tem experimentado um crescimento assinalável do seu efetivo reprodutor, tendo passado de 3300 porcas reprodutoras em 2013 para 5800 em 2017". Também o número de explorações tem aumentado. Passou "de 115 explorações em 2013 para 205 em 2017", devido à implementação de projetos financiados pelo PRODER e pelo atual PDR2020.